

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE ARAPIRACA/AL

Concorrência nº 02/2020 – 2ª Chamada
Proc. Administrativo nº 8239/2020

CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA., sociedade do ramo da construção civil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.286.944/0001-56, estabelecida na Avenida Comendador Gustavo Paiva, nº 2789, sala 1201, no bairro de Cruz das Almas, Maceió/AL, neste ato representada pelo seu sócio e diretor **José Humberto Rocha Lôbo**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.241.184-72, portador da cédula de identidade nº 338.344-SSP/AL, residente na cidade de Maceió/AL, por seus advogados adiante subscritos, conforme incluso instrumento de procuração, com escritório jurídico estabelecido na Avenida da Paz, nº 1154, sala 01 – Jaraguá, CEP 57022-050, Maceió/AL, vem, tempestivamente, a honrosa presença de Vossa Senhoria propor a presente **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Edital supra citado, consoante as razões de fato e de direito adiante declinadas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A sessão de abertura do certame em epígrafe está marcada para ocorrer no dia 19 de maio de 2021, conforme testifica o subitem 4.1 do edital.

A teor do art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (LGL) as insurgências contra dispositivos editalícios podem ser impugnadas perante a CPL até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, quando a modalidade for a Concorrência.

Portanto, o presente reclamo é tempestivo, por ter sido protocolado dentro do prazo legal.

II – PREMISSAS LEGAIS

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao dispor sobre licitações públicas, estabeleceu em seu **art. 37, XXI**, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Por essa razão, toda e qualquer exigência que venha a restringir a competição no certame licitatório, além de justificada e pertinente ao objeto, deve ater-se ao que permite a lei, face ao **princípio da legalidade**.

Recebido em
28/04/2021
Micheleiny R. S. Oliveira

h pl

Os Diplomas Legais de regência preveem:

- Constituição Federal -

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 -

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Grifa-se)

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira **limitar-se-á a:***
(...)

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
(Grifa-se)

- Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 -

*Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo **viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira** do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. (Grifa-se)*

- Quanto aos Princípios -

O que se extrai dos ensinamentos de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO¹ é que:

“Princípio – já averbamos alhures – é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.”

Por este raciocínio, o festejado autor administrativista arremata:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”² (Grifa-se)

Diante dos comandos legais e dos princípios reguladores da matéria alhures mencionados, não assiste razão incluir cláusulas e condições que comprometam ou frustrem a ampla competitividade, sendo este o motivo pelo qual se impugna o presente edital.

III – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

O Município lançou a Concorrência acima epigrafada visando a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de terraplanagem, drenagem de águas pluviais e pavimentação em logradouros nos bairros Baixa Grande, Bom Sucesso, Santa Esmeralda (1-2), Cacimbas, Brasília, Jardim Tropical, Novo Horizonte, Manoel Teles, Canafistula II, Boa Vista e Cavaco no Município de Arapiraca/AL.

Ocorre que o Edital do certame licitatório, afrontando, *data vênia*, ao ordenamento jurídico pátrio e a jurisprudência firmada nos tribunais superiores, inclusive, na alta Corte de Contas da União (TCU), impede a participação de empresas em recuperação judicial, conforme adiante se comprova:

“5.3.4. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;” (Grifa-se)

Com efeito, a vedação trazida pelo dispositivo editalício fere o art. 37, XXI da CF e o art. 3º da LGL, no concernente ao princípio da LEGALIDADE e da COMPETITIVIDADE.

¹ Curso de Direito Administrativo, 4ª ed., Malheiros, 1993, pp. 408 e 409.

² Ob. cit., p. 409.

No âmbito do Direito Administrativo brasileiro, não há espaço para estabelecimento de regras ou condições não previstas em lei.

Partindo desta premissa, o disposto no art. 31 da Lei 8.666/93 estabelece taxativamente a comprovação de qualificação econômico-financeira da empresa licitante, e dentre estas só há exigência de certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, **sem alcançar o instituto da recuperação judicial**, sendo ilegal o impedimento disposto no 5.3.4 do Edital.

A exigência de certidão como motivo de inabilitação de uma empresa em recuperação judicial é completamente ilegal, e confronta diretamente o princípio constitucional da legalidade.

Não há razão para que as empresas em recuperação judicial sejam impedidas de participar do certame ou desabilitadas da disputa por não apresentarem a certidão, sem olvidar que a Administração, como contratante, tenha o direito de ser informada sobre a situação financeira da licitante, garantindo que esta empresa conseguirá cumprir a demanda em questão. Entretanto, a ausência da certidão não é conclusiva e não causará prejuízos ao órgão.

Neste diapasão, entendo que medidas que inviabilizem o crescimento da empresa em recuperação, contribuindo negativamente para a preservação da mesma e o próprio fim da recuperação judicial, devem ser flexibilizadas.

Ademais, o STJ admitiu que, sendo dispensada, no momento do deferimento da recuperação, a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial, por consequência lógica, não seria cabível exigir tais certidões para contratar ou continuar contratando com o Poder Público.

Com efeito, impedir que a empresa *recuperanda* participe de processos licitatórios vai de encontro ao objetivo da Lei nº 11.101/05 (Lei de Recuperação de Empresas), que assim dispõe:

*Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo **viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira** do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. (Grifa-se)*

Albergado neste escopo, o Tribunal de Contas da União tem se pronunciado no mesmo sentido, conforme teor do Acórdão nº 1201/2020 – TCU – Plenário³, da relatoria do Ministro VITAL DO RÊGO, que pede-se *vénia* para trazer fragmento do *decisum*.

³ Proc. TC 037.266/2019-5.

“...é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993”.
(Grifa-se)

O entendimento externado pelo acórdão alhures mencionado também encontra guarida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ (AREsp 309.867-ES 2013/0064947, cujo Relator foi o Ministro GURGEL DE FARIA, julgado em 2018), que assim pontifica:

“...3. À luz do princípio da legalidade, “é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa” (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇAL VES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n.º 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, (SIC) daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.

5. O escopo primordial da Lei n.º 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeiro do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. A interpretação das Lei n.º 8.666/1993 e n.º 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores. (...). desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.”

Portanto, depreende-se que a recuperação judicial concedida, por si só, não é impeditivo para a participação da *recuperanda* em processo licitatório.

A recuperação judicial tem um viés de função social na medida em que prima pela preservação da economia e dos empregos, sendo defeso a Administração Pública criar empecilhos para inviabilizar a participação das *recuperandas* nos certames licitatórios.

Ao fim, traz-se os ensinamento do balizado Prof. JOSÉ DOS ANTOS CARVALHO FILHO, que do alto de sua sabedoria deflagra que *“toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita”*⁴.

IV – DO PEDIDO

À vista de todo o exposto, requer a essa prestimosa Comissão Permanente de Licitação, que a presente IMPUGNAÇÃO seja PROVIDA em todos os seus termos, determinando a retificação do Edital da Concorrência n.º 02/2020 – 2ª Chamada, e a republicação de seu extrato na Imprensa Oficial e em jornal de grande circulação, nos termos dos art. 21, § 4º da LGL.


⁴ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo – 34. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

gn *pl*

TORRES & TORRES

ADVOCADOS

Maceió/AL, 28 de abril de 2021.



Álvaro José Silva Torres
Advogado – OAB/AL 3.062

Morgana Pedrosa de B. Torres Beltrão
Advogada – OAB/AL 11.259



José Humberto Rocha Lôbo
Diretor Presidente
Construtora Humberto Lôbo Ltda


PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA., sociedade do ramo da construção civil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.286.944/0001-56, estabelecida na Avenida Comendador Gustavo Paiva, nº 2789, sala 1201, no bairro de Cruz das Almas, Maceió/AL, neste ato representada pelo seu sócio e diretor *José Humberto Rocha Lôbo*, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.241.184-72, portador da cédula de identidade nº 338.344-SSP/AL, residente na cidade de Maceió/AL.

OUTORGADOS: Pelo presente instrumento particular de mandato, **NOMEIA e CONSTITUI** seus bastantes procuradores e advogados o Bel. **ÁLVARO JOSÉ SILVA TORRES**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Alagoas – OAB/AL sob o nº 3.062, e a Bela. **MORGANA PEDROSA DE BARROS TORRES**, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada nesta cidade, inscrita na Ordem dos advogados do Brasil, Seccional Alagoas - OAB/AL sob o nº 11.259, todos com escritório na Avenida da Paz, nº 1154 – sala 01 – Jaraguá, Cep 57022-050, Maceió/AL.

PODERES: Para o foro em geral, com os da Cláusula “*Ad e Extra Juditia*”, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a) nas contrárias, seguindo uma e outra até final decisão e, especiais para, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromissos ou acordos, prestar declarações, nomear prepostos, e assinar declaração de hipossuficiência econômica, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes.

Maceió, 12 de dezembro de 2020.


CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO
José Humberto Rocha Lôbo
Outorgante



42ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO DA
SOCIEDADE LIMITADA, "CONSTRUTORA HUMBERTO LÔBO LTDA."

CNPJ/MF Nº 12.286.944/0001-56

NIRE Nº 2720001646-9

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, **JOSÉ HUMBERTO ROCHA LÔBO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil e empresário, residente e domiciliado na Rua Jacarandá, nº 40, no Jardim do Horto, no bairro Gruta de Lourdes, CEP nº 57052-575, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, inscrito sob o nº 384.241.184-72 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, portador da CNH nº 03490063090 DETRAN/AL; **MÁRIO HUMBERTO ROCHA LÔBO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, advogado e empresário, residente e domiciliado no Condomínio Aldebaran Ômega, SN quadra "M", Lote 06, Jardim Petrópolis, CEP nº 57080-548, nesta cidade de Maceió, Alagoas, inscrito sob o nº 604.108.764-53 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, portador da CNH nº 00214316565 DETRAN-AL; **PAULO HENRIQUE ROCHA LÔBO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, engenheiro civil e empresário, residente e domiciliado no Condomínio Aldebaran Omega SN, quadra "G", lote 02, CEP nº 57080-548, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, inscrito sob o nº 786.640.474-72 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda e portador da CNH nº 01133815713 DETRAN-AL; e, **TATIANA MARIA LÔBO JUNQUEIRA DE ANDRADE**, brasileira, arquiteta, divorciada, com endereço na Rua Osvaldo de Andrade, nº 77, bairro Nova York, Araçatuba/SP, CEP 16.018-150, inscrita sob o nº 476.270.004-59 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, portadora da CNH 01577401397 DETRAN-SP, únicos sócios da sociedade limitada, "CONSTRUTORA HUMBERTO LÔBO LTDA.", com sede na Avenida Comendador Gustavo Paiva, nº 2.789, Sala 1201, Mangabeiras, CEP nº 57037.532, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, inscrita sob o nº 12.286.944/0001-56 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) e registrada na Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) com o NIRE nº 2720001646-9, resolvem, de comum acordo, alterar e consolidar o seu contrato social mediante as cláusulas abaixo:

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/11/2019 11:52 SOB Nº 20190366338.
PROTOCOLO: 190366338 DE 19/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905270790. NIRE: 27200016469.
CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA



Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 14/11/2019
www.facilita.al.gov.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade terá a sua sede social na Avenida Menino Marcelo nº 9601-A, Sala 004, CEP 57.046-000, bairro da Serraria, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas e o endereço do depósito fechado é na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 300, Serraria, CEP: 57046-140, Nire 27900115052 e CNPJ Nº 12.286.944/0002-37 nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Sociedade terá por objetivo:

- a) – construções civis;
- b) – construção de rodovias e ferrovias;
- c) – topografia em geral;
- d) – engenharia civil em geral;
- e) – instalações elétricas (geradores, linhas de transmissão e subtransmissão, linhas de distribuição, subestações e transformadores);
- f) – representação comercial de material elétrico e de construção;
- g) – obras de urbanização ruas, praças e calçadas;
- h) – construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
- i) – Incorporação de empreendimentos imobiliários;
- j) – compra e venda de imóveis;
- l) - Construção de obras de arte especiais;
- m)- Construção de instalações esportivas e recreativas.

CLÁUSULA TERCEIRA – À vista da alteração ocorrida neste instrumento, o contrato social alterado e consolidado, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Pelo presente instrumento particular de Consolidação de Contrato Social, **JOSÉ HUMBERTO ROCHA LÔBO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil e empresário, residente e domiciliado na Rua Jacarandá, nº 40, no Jardim do Horto, no bairro Gruta de Lourdes, CEP nº 57052-575, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, inscrito sob o nº 384.241.184-72 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, portador da CNH 03490063090 DETRAN-AL; **MÁRIO HUMBERTO ROCHA LÔBO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, advogado e empresário, residente e domiciliado no Condomínio Aldebaran Ômega, SN, quadra “M”, Lote 06, Jardim Petrópolis, CEP nº 57080-548, nesta cidade de Maceió, Alagoas, inscrito sob o nº 604.108.764-53 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, portador da CNH nº 00214316565 DETRAN-AL; **PAULO HENRIQUE ROCHA**

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/11/2019 11:52 SOB Nº 20190366338.
PROTOCOLO: 190366338 DE 19/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905270790. NIRE: 27200016469.
CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA



Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 14/11/2019
www.facilita.al.gov.br

LÔBO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, engenheiro civil e empresário, residente e domiciliado no Condomínio Aldebaran Omega, SN, quadra "G", lote 02, CEP nº 57080-548, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, inscrito sob o nº 786.640.474-72 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda e portador da CNH nº 01133815713 DETRAN-AL; e, **TATIANA MARIA LÔBO JUNQUEIRA DE ANDRADE**, brasileira, arquiteta, divorciada, arquiteta, com endereço na Rua Osvaldo de Andrade, nº 77, bairro Nova York, Araçatuba/SP, CEP 16.018-150, inscrita sob o nº 476.270.004-59 no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, portadora da CNH 01577401397 DETRAN-SP, únicos sócios da sociedade limitada, "**CONSTRUTORA HUMBERTO LÔBO LTDA.**", com sede na Avenida Menino Marcelo, nº 9601-A, Sala 004, bairro da Serraria, CEP 57.0456-000, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, inscrita sob o nº 12.286.944/0001-56 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) e registrada na Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) com o NIRE nº 2720001646-9.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob o nome empresarial de "**CONSTRUTORA HUMBERTO LÔBO LTDA.**"

CLÁUSULA SEGUNDA - A Sociedade tem a sua sede social na Avenida Menino Marcelo, nº 9601-A, Sala 004, bairro da Serraria, CEP 57.046-000, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas e o endereço do depósito fechado é na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 300, Serraria, CEP: 57046-140, Nire 27900115052 e CNPJ Nº 12.286.944/0002-37, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas.

CLÁUSULA TERCEIRA – A Sociedade tem por objetivo:

- b) – construções civis;
- b) – construção de rodovias e ferrovias;
- c) – topografia em geral;
- d) – engenharia civil em geral;
- e) – instalações elétricas (geradores, linhas de transmissão e subtransmissão, linhas de distribuição, subestações e transformadores);
- f) – representação comercial de material elétrico e de construção;
- g) – obras de urbanização ruas, praças e calçadas;
- h) – construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
- i) – Incorporação de empreendimentos imobiliários;
- j) – compra e venda de imóveis;
- l)- Construção de obras de arte especiais;



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/11/2019 11:52 SOB Nº 20190366338.
PROTOCOLO: 190366338 DE 19/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905270790. NIRE: 27200016469.
CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 14/11/2019
www.facilita.al.gov.br

m)- Construção de instalações esportivas e recreativas.

Parágrafo Único – A sociedade, por decisão de qualquer de seus sócios administradores poderá abrir filiais, sucursais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA QUARTA – O Capital Social de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma e dividido entre os sócios da seguinte maneira:

- para o sócio José Humberto Rocha Lôbo, 5.000.000 (cinco milhões) de quotas de capital, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- para o sócio Mário Humberto Rocha Lôbo, 5.000.000 (cinco milhões) de quotas de capital, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- para o sócio Paulo Henrique Rocha Lôbo, 5.000.000 (cinco milhões) de quotas de capital, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e,

- para a sócia Tatiana Maria Lôbo Junqueira de Andrade, 5.000.000 (cinco milhões) de quotas de capital, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – As quotas são indivisíveis. No caso de um sócio desejar ceder suas quotas, comunicará por escrito ao outro sócio, que terá preferência sobre terceiros, em igualdade de preço e condições, e, entre si, gozarão do direito de partilha igualitária, caso não haja consenso.

CLAUSULA SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA - A administração geral da Sociedade cabe a todos os sócios como sócios administradores, aos quais ficam atribuídas as seguintes designações: Diretor Presidente – José Humberto Rocha Lôbo, Diretor Vice-Presidente – Mário Humberto Rocha Lôbo, Diretor Administrativo – Paulo Henrique Rocha Lôbo e, Diretora de Arquitetura – Tatiana Maria Junqueira de Andrade, com os poderes e atribuições de administração que a lei lhes confere ou venha a conferir a qualquer

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/11/2019 11:52 SOB Nº 20190366338.
PROTOCOLO: 190366338 DE 19/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905270790. NIRE: 27200016469.
CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA



Edvaldo Majorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 14/11/2019
www.facilita.al.gov.br

tempo, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerarem ou alienarem bens pertencentes ao ativo imobilizado da Sociedade que dependerá da assinatura de dois dos sócios administradores. A movimentação de contas bancárias e a assinatura de escrituras ou instrumento particular de compra e venda de bens construídos ou em construção pela Sociedade poderá ser feita pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor-Vice Presidente, podendo, os sócios administradores, assinarem em conjunto ou separadamente.

Parágrafo Primeiro – Os sócios poderão efetuar retiradas “pró-labore” para remunerar a administração.

Parágrafo Segundo – Os sócios administradores poderão nomear procurador para exercer a administração da sociedade no impedimento ou ausência de qualquer um deles.

CLÁUSULA NONA – O Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade serão procedidos no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, ou em períodos não inferior a um mês, devendo os lucros ou prejuízos ser divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas participações societárias, podendo ainda, por deliberação dos sócios, ficarem os lucros acumulados para futura distribuição ou incorporação ao capital social e os eventuais prejuízos permanecerem, também, acumulados, para compensação com lucros ou reservas futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A morte ou retirada de sócio não dissolverá a Sociedade. Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros ou sucessores, segundo o que for apurado em Balanço Especial levantado com base na data do falecimento, em 24 (vinte e quatro) prestações iguais, mensais e sucessivas. O mesmo far-se-á em relação ao sócio retirante, levantando-se o Balanço Especial com base na data do seu afastamento espontâneo da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/11/2019 11:52 SOB Nº 20190366338.
PROTOCOLO: 190366338 DE 19/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905270790. NIRE: 27200016469.
CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 14/11/2019
www.facilita.al.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os omissos e as dúvidas decorrentes deste contrato serão resolvidos ou dirimidos com observância dos preceitos do Código Civil, pela maioria do capital social realizado e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.


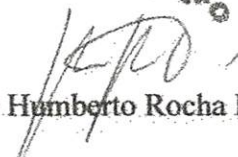
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica eleito o foro da Comarca de Maceió, Estado de Alagoas, para todas as questões oriundas deste Contrato Social, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.”

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quando esse instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o em 01(uma) via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza os efeitos legais.


Maceió, 03 de Junho de 2019.



 José Humberto Rocha Lôbo



 Mário Humberto Rocha Lôbo


 Paulo Henrique Rocha Lôbo


 Tatiana Maria Lôbo Junqueira de Andrade



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/11/2019 11:52 SOB Nº 20190366338.
 PROTOCOLO: 190366338 DE 19/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905270790. NIRE: 27200016469.
 CONSTRUTORA HUMBERTO LOBO LTDA

Edvaldo Maiorano de Lima
 SECRETÁRIO-GERAL
 MACEIÓ, 14/11/2019
www.facilita.al.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO INTERIORE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

JOSE HUMBERTO ROCHA LOBO

DOC. IDENTIDADE (ORG. EMISSOR/UF)
388344 882 AL

CPF
384.242.184-72

DATA NASCIMENTO
07/12/1968

FILIAÇÃO
HUMBERTO LESSA LOBO
CLEA MARIA ROCHA LOBO

SEXO
MASCULINO

CAT. HABILITADO
B

Nº REGISTRO
03690063090

VALIDADE
17/02/2025

1ª HABILITAÇÃO
23/02/1983

OBSERVAÇÕES

LOCAL
MACEIO, AL

DATA EMISSÃO
18/02/2020

ALAGOAS

PROIBIDO PLASTIFICAR
1931815600

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1931815600

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES